



Número: **0800213-36.2017.8.15.0631**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **Vara Única de Juazeirinho**

Última distribuição : **10/04/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **INADIMPLEMENTO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA (AUTOR)		JOSE BECKENBANER GOUVEIA DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7351019	10/04/2017 16:34	Petição Inicial	Petição Inicial
7351115	10/04/2017 16:34	2 RG, CPF e comprovante de residência	Documento de Identificação
7351168	10/04/2017 16:34	1 Procuração e declaração	Procuração
7351182	10/04/2017 16:34	3 Boletim de Ocorrência Policial e DUT	Documento de Comprovação
7351201	10/04/2017 16:34	1 Prontuário Antonio Filho C. da Silva	Documento de Comprovação
7351232	10/04/2017 16:34	2 Prontuário Médico Antonio Filho C. da Silva	Documento de Comprovação
7351246	10/04/2017 16:34	4 Atestado médico e receituário	Documento de Comprovação
7351344	10/04/2017 16:34	5 Carta Seguradora	Documento de Comprovação
8844705	28/09/2017 13:38	Despacho	Despacho
9977809	29/09/2017 16:26	PETIÇÃO DE RECONSIDERAÇÃO	Informação
9977842	29/09/2017 16:26	Petição de Reconsideração	Comunicações
9977854	29/09/2017 16:26	PRINT PAGINA DA SEGURADORA LIDER	Documento de Comprovação
13868921	23/04/2018 22:50	Sentença	Sentença
13904196	25/04/2018 13:50	Expediente	Expediente
13955354	27/04/2018 16:33	Apelação c/c Razões	Apelação
13955368	27/04/2018 16:33	Apelação	Apelação
16994974	03/10/2018 23:17	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório

EXM.º SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO ESTADO DA PARAIBA

ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA, brasileiro, solteiro, agricultor, RG n.º 1.991.225 - SSP/PB, CPF n.º 024.569.324-63, residente e domiciliado no Sítio Poço da Pedra, Zona Rural de Juazeirinho/PB, vem à presença de V. Ex.ª, através de seu advogado ao final assinado, conforme instrumento de mandato anexo (doc. 01), para propor a presente,

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA

Contra a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal na Rua Senador Dantas, n. 74, 15º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20031205, Tel: (021) 3861-4600 - FAX: 2240-9073, pelas razões de fato e de direito que adiante passa a expor, provar e ao final requerer.

DAJUSTIÇA GRATUITA

Conforme declaração em anexo, o requerente afirma ser pobre na forma da lei, não tendo, portanto, condições de arcar com as despesas do processo tipo custas processuais, e honorários advocatícios, pois tais despesas oneram o orçamento previsto para atender as necessidades básicas como o sustento pessoal da requerente e de sua família.



Diante de tais condições e com fundamento no art. 5º, inciso LXXIV, da Magna Carta, Lei 1.060/50, e Súmula 29 do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, e na jurisprudência pátria, requer os BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA esperando o competente deferimento, para, só assim, poder receber a devida prestação jurisdicional.

DOS FATOS

O promovente no dia 24 de setembro de 2016, por volta das 20:00h, entre as cidades de Soledade e Juazeirinho, conduzindo seu veículo automotor (motocicleta Honda CG 150cc, Titan EX, preta, placa OEX 7488/PB), em direção a Juazeirinho, um animal atravessou a pista, momento em que fora desviar do mesmo derrapou a sua moto, vindo a cair e chocar-se ao asfalto, vindo a sofrer graves lesões na cabeça e em membro inferior, sendo socorrido para o Hospital de Trauma (Boletim de Ocorrência Policial em anexo). As lesões causaram danos irreversíveis e debilidade permanente (atestados e prontuário médico em anexo), estando enfermo com sequelas do acidente.

Que o promovente, munido dos documentos necessários para recebimento do prêmio DPVAT, requereu a promovida o recebimento do mesmo, gerando o sinistro número 3170100210 ASL-0065986/17, no entanto, vem a promovida procrastinando o pagamento, excedendo o prazo previsto em lei e requerendo documentação, ora inexistentes, ora já enviadas pelo promovente, culminando em não pagamento do prêmio até a presente data.

DO FUNDAMENTO

A lei n.º 6.194/74, que disciplina e rege o seguro DPVAT, determina o pagamento da indenização à vítima de acidente de trânsito, conforme preceitua os arts 3.º inciso II, *in verbis*:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **invalidez permanente** e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: (grifo nosso)*
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;



III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

A promovida e demais companhias que operam com o DPVAT, baseiam-se em circulares administrativas impostas pela SUSEP, órgão máximo que ditam as metas a serem cumpridas no contexto secundário nacional, num total desrespeito as leis.

A mesma norma determina em seu art. 5.º, in verbis,

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

DAS PROVAS

Constata-se junto a presente, Boletim de Ocorrência Policial, atestado médico, prontuário médico, entre outros, assim devendo o promovente receber os valores referentes a debilidade permanente no limite de até R\$ 13.500,00, após confirmação do grau de debilidade determinada pela prova pericial.

DA JURISPRUDÊNCIA

Reza nossa jurisprudência, a cerca do pagamento do seguro DPVAT em caso de debilidade,

TJPB - APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. REEMBOLSO DAS DESPESAS MÉDICAS E HOSPITALARES. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. REJEIÇÃO. MÉRITO. EXISTÊNCIA DE DANOS PESSOAIS. NECESSIDADE DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS CONSTANTES DO ART. 5º, § 1º ALÍNEA 1ª, DA LEI Nº 6.194/1974. PROVA DAS DESPESAS EFETUADAS. REGISTRO DA OCORRÊNCIA EM ÓRGÃO POLICIAL. CUMPRIMENTO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE



LASTRO PROBATÓRIO. DESCABIMENTO. NÃO OCORRÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO, EXTINTIVO OU MODIFICATIVO DO DIREITO AUTORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO EVENTO DANOSO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 43, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. JUROS DE MORA. CITAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 426, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. - Em se tratando de acidente automobilístico, para o reembolso das despesas médicas e hospitalares, não há necessidade de prévio esgotamento da via administrativa, como condição para o beneficiário ingressar em juízo, ligando-se o interesse de agir à necessidade de satisfação de uma pretensão da parte que, se não propuser a demanda, pode vir a sofrer um prejuízo. - Para que haja o regular reembolso das despesas médicas e hospitalares efetuadas pelo acidentado, necessário a demonstração dos requisitos elencados pelo art. 5º, § 1º, alínea "b", da Lei nº 6.194/1974, consistentes na prova inequívoca do dispêndio e no registro do acidente em órgão policial. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00014454420118150141, 4ª Câmara cível, Relator Des. Frederico Martinho da Nódrega Coutinho, j. em 23-10-2012)

TJRN - EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DA AÇÃO ANTE A FALTA DE INTERESSE DE AGIR SUSCITADA PELA APELANTE. TRANSFERÊNCIA PARA ANÁLISE MERITÓRIA. MÉRITO: SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DEBILIDADE DE MEMBRO INFERIOR DIREITO. INVALIDEZ PERMANENTE. O ESGOTAMENTO DA PRETENSÃO NA VIA ADMINISTRATIVA NÃO É REQUISITO AO INGRESSO EM JUÍZO. INTERESSE DE AGIR PATENTE. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. PARÂMETRO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE REVOGAÇÃO DO CRITÉRIO DE FIXAÇÃO ESTABELECIDO NA LEI 6.194/74. DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA JUDICIAL. FATO CONFIRMADO POR LAUDO DE EXAME MÉDICO COMPLEMENTAR EMITIDO PELO ITEP. JUROS MORATÓRIOS DE 1% AO MÊS A PARTIR DA CITAÇÃO. PRECEDENTES. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. (TJRN - *Apelação Cível nº2009.005843-1*; Relator: Desembargador Saraiva Sobrinho; Origem: Vara Única da Comarca de São José de Mipibu)

TJPB - APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PRELIMINAR. CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REJEIÇÃO. MÉRITO. DESPESAS COM MEDICAMENTOS. NEXO COM O ACIDENTE DEMONSTRADO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. SEGUIMENTO NEGADO. APLICAÇÃO DO ART. 557, DO CPC. - A exigência para que o beneficiário do seguro DPVAT requeira previamente, por via administrativa, a indenização correspondente ao sinistro, afronta o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição. - O artigo 3º, III, da Lei 6.194/74, vigente à época do acidente, estabelecia, a título de reembolso à vítima em casos de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas, uma indenização máxima de R\$ 2.700,00. In casu, restou comprovado que, em razão de acidente de trânsito ocorrido em 06/08/2014, o autor apelado, tivera gastos com tratamento médico,



cujo valor soma R\$ 2.057,89, justificando-se, assim, a condenação determinada na sentença guerreada, mormente porquanto demonstrado o nexo causal entre o acidente, os danos e as despesas com medicamentos. - Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação e o termo inicial da correção monetária em casos como o presente é a data do sinistro, ocasião na qual o beneficiário adquire direito à indenização. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 01115717020128152003, - Não possui -, Relator DES JOAO ALVES DA SILVA, j. em 19-03-2015)

DO PEDIDO

Isto posto requer a V. Ex.^a:

I - a citação, por via postal, do promovido, na pessoa de seu representante, no endereço supra mencionado, para, se assim desejar, vir contestar a presente, sob as penas da revelia e de confissão quanto à matéria de fato;

II – a procedência do pedido com a condenação do promovido no pagamento dos valores referentes a debilidade permanente, no valor de até 13.500,00, corrigidos monetariamente e com juros desde a data do sinistro, em conformidade com a súmula 57 do STJ;

III - a condenação em honorários advocatícios nos termos do art. 85 do novo CPC;

IV - Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direitos admitidos e especialmente a documental e a pericial, desde já requerida, apresentando rol no final;

V – seja concedida a justiça gratuita, nos termos da lei n. 1.060/50.

Dá a causa o valor de R\$ 13.500,00, para efeitos fiscais.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Juazeirinho/PB, 10 de abril de 2017.



José Beckenbaner Gouveia da Silva

OAB/PB 12260

Rol de quesitos:

- 1. O autor sofrera lesões devido a acidente automobilístico?
- 2. Quais as lesões?
- 4. O que ocasionou o traumatismo?
- 5. Em face do traumatismo o periciado esta acometido por alguma sequela de caráter permanente?
- 6. Qual o grau da debilidade?
- 7. E mais que este Juízo achar necessário.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DA PARAÍBA		1991225 07 DEZ 1991	
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA		REGISTRO GERAL	
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA		DATA DE EXPEDIÇÃO	
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO		NOME	
P.10		ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA	
		Antonio Francisco da Silva	
		FILIAÇÃO	
ASSINATURA DO TITULAR		Valdete Cunha da Silva	
Juazeirinho PB		31.10.1977	
NATURALIDADE		DATA DE NASCIMENTO	
Cert. Nasc. nº 1.976, Liv. A-2, Fls. v-240			
Cart. de Juazeirinho PB			
CPF			
Jógo Pessoa - PB		ASSINATURA DO DIRETOR	
CARTEIRA DE IDENTIDADE		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

MINISTÉRIO DA FAZENDA	
Secretaria de Receita Federal	
CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS	
Nome	
ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA	
Nº de inscrição	
024569324-83	
Data de Nascimento	
31/10/77	
	



VALDINETE CUNHA DA SILVA
SIT POÇO DA PEDRA - ÁREA RURAL
JUAZEIRINHO / PB CEP 58860000 (AG 85)

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO B:230, Km25 - Cithy Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
Roteiro: 12 - 35 - 85 - 2660 Referência: Out/2016 CNPJ: 0000590839 Emissão: 21/10/2016
ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 0000590839-0001-40 Insc Est: 16.015.822-0
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica: 170001075.470
Código para Débito Automático: 00007053747

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a UC (Unidade Consumidora): 5/705374-7

Out/2016

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

Apresentação

21/10/2016

Data prevista da próxima leitura

22/11/2016

CPF/ CNPJ/ RANI

7151520780
Insc. Est.

Faturas em atraso

28/08/2016 27,89

Histórico de Consumo (kWh)

Set/16	70
Ago/16	75
Jul/16	75
Jun/16	80
Mai/16	81
Abr/16	79
Mar/16	82
Fev/16	81
Jan/16	77
Dez/15	84
Nov/15	77
Out/15	80

Média dos últimos meses
78 kWh

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
22/09/16	3660	21/10/16	3729	29

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30kWh-BR	30	0,15163	4,51
Consumo - 31 a 100kWh-BR	3E	0,1123	3,81
Subsídio			15,81
ICMS			13,76
PIS			3,41
COFINS			1,91
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
CUSTO DE REGULAÇÃO NORMAL 09/2016			7,27
JUROS DE MORA 08/2016			3,06
JUROS DE MORA 08/2016			3,25
MULTA 08/2016			3,84
MULTA 08/2016			3,54
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 08/2016			3,14
Devolução Subsídio			15,81

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR (R\$)
ICMS	43,01	25,00	10,75
PIS	43,01	0,9193	3,95
COFINS	43,01	4,4561	1,91

VENCIMENTO
28/10/2016

TOTAL A PAGAR
R\$ 37,19

98b8.00fa.2049.3264.88a4.055b.1186.9b74.

Indicadores de Qualidade

8/2016 - Juazeirinho

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	11,84	NOMINAL	Serviços de Dist. da Energia	5,44	14,83
DIC TRIMESTRAL	23,69		Compra de Energia	6,37	17,13
DIC ANUAL	47,39	CONTRATADA	Serviço de Transmissão	0,37	0,99
FIC MENSAL	7,82		Encargos Setoriais	2,14	5,75
FIC TRIMESTRAL	15,64	LIMITE SUPERIOR	Impostos Diretos e Encargos	15,90	41,95
FIC ANUAL	31,28		Outros Serviços	7,27	19,55
DMIC	6,59		Total	37,19	100,00
DICRI	16,60				

Valor do EUSE (Ref 8/2016, p. 1, 1, 14)

ATENÇÃO

- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 05/11/2016. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade da dívida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere essa mensagem. Fatura sujeita à inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento. - Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 15,81

ENERGISA PARAIBA
Roteiro: 12 - 85 - 65 - 2660
Matrícula: 705374-2016-10-0

VENCIMENTO
28/10/2016

TOTAL A PAGAR
R\$ 37,19

83670000000-0 37190054000-1 07053742016-1 10003850019-9





PROCURAÇÃO PARTICULAR
(AD JUDICIA)

OUTORGANTE(S):

ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA, brasileiro, solteiro, agricultor, RG n.º 199.1225-55/PB, CPF n.º 024.569.324-63, residente na Sítio do Lago da Pedra, zona rural, Juazeirinho/PB.

OUTORGADO: JOSÉ BECKENBANER GOUVEIA DA SILVA, brasileiro, casado, Advogado, inscrito na OAB/PB 12260, e-mail: beckenbaner@bol.com.br, com escritório à Rua Venâncio Martins Sampaio, n.º 79, Soledade/PB, Caixa Postal 13, Cel. 83-99058395, Fixo 83-33831757, cujo endereço recebe as intimações.

Através do presente instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** nomeia e constitui como seu procurador o **OUTORGADO**, concedendo-lhe **PODERES** nos termos do art. 103 do novo Código de Processo Civil, os contidos na cláusula “ad judicium et extra”, para, em nome do outorgante, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou fora deles, defender seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender os interesses da outorgante nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, nos termos do art. 105 do novo Código de Processo Civil, **PODERES ESPECIAIS** para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, em especial para patrocinar defesa de seus direitos.

Soledade/PB, 10 de abr de 2017.

Antonio Filho Cunha da Silva
OUTORGANTE(s)



DECLARAÇÃO

ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA, brasileiro,
solteiro agricultor residente no sítio Poço da
Pedra, Lagoa de São João/PB.

DECLARA(M) nos precisos termos do Art. 1º, da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 (dispõe sobre prova documental), para o fim de obter os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, perante este Juízo, que são hipossuficientes na forma da lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Declara(m) ainda, ser(em) conhecedor(es) das sanções civis, administrativas e criminais (art. 2.º da supracitada lei), caso o presente documento não porte a verdade.

Soledade/PB, 10 de abr de 2017.

Antonio Filho Cunha da Silva
DECLARANTE(S)





GOVERNO DO ESTADO DA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE
Rua Prefeito Inácio Claudino, nº 82 - Centro - Soledade - 58155-000 - 83-3383-1551



OCORRÊNCIA Nº 000879/17

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 000879/17 registrada em 31/01/2017, que passo a transcrever na íntegra: Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de 2017, nesta cidade de Soledade, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SOLEDADE, quando encontrava-se presente o Bel. LAMARTINE LACERDA SOBRINHO, Delegado de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 14:11 horas, compareceu o Sr. ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA, com 39 anos de idade, filho de ANTONIO FRANCISCO DA SILVA e VALDETE CUNHA DA SILVA, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de JUAZEIRINHO - PB, Solteiro, escolaridade Fundamental Incompleta, profissão AGRICULTOR, portador da Cédula de Identidade Nº 1991225, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 02456932463, residindo à rua SÍTIO POÇO DA PEDRA, bairro ZONA RURAL, na cidade de JUAZEIRINHO - PB, celular 9-93198911.

Declarou que:

que na data de 24/09/2016, por volta das 20:00 horas, próximo a Caixa D'água, BR 230, saída de Soledade para Juazeirinho/PB, onde, quando conduzia sua motocicleta HONDA CG 150, TITAN EX, ANO E MODELO 2011, COR PRETA, PLACA OEX 7488 / PB, CHASSI Nº 9C2KC1660BR544114, RENAVAM 0034464280-1, LICENCIADA em nome de JANIÉLSON SOARES ANTONIO, quando um abode atravessou na pista e acabou derrapando e caindo de sua moto, ocasionando um corte na cabeça que culminou em cirurgia e lesões na perna direita, na qual também sofreu intervenção cirúrgica; que foi socorrido por um desconhecido para o Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, onde ficou internado, em razão do que veio registrar a presente ocorrência. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou FÉ.

Soledade, Terça-feira, 31 de Janeiro de 2017

Antonio Filho Cunha da Silva

ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA

Declarante

HELDER L. HENRIQUES - MAT. 133146-9

Escrivão







SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES
CAMPINA GRANDE - PARAIBA

PACIENTE:	ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA
DATA DO EXAME:	25/09/2016

ULTRASSONOGRRAFIA DE ABDOME TOTAL – “FAST”

METODOLOGIA:


Exame realizado em modo bidimensional com equipamento dinâmico multifrequencial.

ANÁLISE:

Não identificamos sinais de líquido livre intra-abdominal, derrame pleural ou pericárdico no presente estudo.

Ausência de lesões ecográficas relacionadas ao trauma no fígado, baço, rins ou bexiga identificáveis ao método.

Observação: Ressaltamos a baixa sensibilidade da ultrassonografia na detecção de lesões em órgãos sólidos e vísceras ocas.


Dra. Míriam Maria Barbosa Albino
Médica Radiologista
CRM/PB 6435





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Ficha de Acolhimento

Nome: <u>Antônio Filho Cunha da Silva</u>	Bairro: <u>Juazeirinho</u>
End: <u>St Poço da Rocha</u>	Documento de Identificação:
Data de Nascimento: <u>31.10.1977</u>	Queixa: <u>Ac. de moto</u> Data do Atend.: <u>24.09.2016</u> Hora: <u>23:54</u> Documento: <u>RG</u>
Acidente de trabalho? () Sim (x) Não	

Classificação de Risco

Nível de consciência: () Bom () Regular () Baixo	Aspecto: () Calmo () Fáceis de dor () Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: () Normocorada () Pálida
Deambulação: () Livre () Cadeira de rodas () Maca	

Estratificação

- (x) Vermelho - atendimento imediato
() Verde - atendimento até 4 horas

- () Amarelo - atendimento até 1 hora
() Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional

Dra. Soraya Morgana de A. Rodrigues
ENFERMEIRA
CRM-PB 419.558



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO
POLICLINICA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

NOME:

Antônio F. Cunha

Encaminhamento

Antônio F. Cunha, 36 anos, Uti-
ma de acidente por moto be- +50
minutos, estava sicopalete, alu di-
zando. Ao exame: pupilas isocóricas,
potomaximais, lesões em couro cabe-
ludo e lesões lacrimais em ptd.
consciente, respiratório, glós negri-
dicado. 58 02 977. AA, FC:
PA = 140 x 100, HD: 75 Gm/ml

DATA: 24/09/16 ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

Do nome Groul

RUA CARMEN VERÔNICA ARAÚJO BARBOSA, 469

ALTO DA BELA VISTA, JUAZEIRINHO, PB.

Dra. Soraya Morgana de A. Rodrigues

ENFERMEIRA

CRM-PB 419.558



[illegible]



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES
CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

Paciente: Antonio Filho Cunha
Data do Exame: 25/09/2016
Exame: Tomografia Computadorizada de Crânio

Técnica: Os cortes tomográficos computadorizados foram obtidos sem a infusão endovenosa de contraste iodado.

Indicação:

TCE.

Análise:

- Contusões temporais à esquerda, associado a pequeno pneumoencéfalo extra axial adjacente, por provável ruptura de algumas células mastóides.
- Discretos focos hiperdensos na alta convexidade à direita, sugestivos de microfocos hemorrágicos.
- Fratura na parede lateral da órbita e temporal à direita.
- Sistema ventricular com topografia, morfologia e dimensões normais.
- Estruturas da fossa posterior preservadas.
- Aspecto anatômico das cisternas basais.

2ª via
Ygor Barbosa
Médico Radiologista
CRM 7056





Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da
Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES

2 - CNES

2 3 6 2 8 5 6

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES

4 - CNES

2 3 6 2 8 5 6

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

Arturo Filho Lúcio

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

253 319

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

31 / 10 / 1977

9 - SEXO

Masc. ☒ 1

Fem. ☐ 3

10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL

Roberto Lúcio do Silva

DDD

8 3

11 - TELEFONE DE CONTATO

Nº DO TELEFONE

9 3

1 2

5 7

2 2

12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

Sítio Para do Povo

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Juazeiro

14 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

15 - UF

PI

16 - CEP

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

TCE moderado
Confusão temporal (E) + praxiognoscível

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Acrúcio

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

TC de Crânio

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

TCE moderado

21 - CID 10 PRINCIPAL

22 - CID 10 SECUNDÁRIO

23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Internação Clínica

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

26 - CLÍNICA

NCE

27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

Urgente

28 - DOCUMENTO

() CNS

() CPF

29 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO

21/09/16

32 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Dr. Alfredo Daniel
Neuro Cirurgia
CREMEB-24307

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

33 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

34 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

35 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

36 - CNPJ DA SEGURADORA

37 - Nº DO BILHETE

38 - SÉRIE

39 - CNPJ EMPRESA

40 - CNAE DA EMPRESA

41 - CBOR

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO

() EMPREGADOR

() AUTÔNOMO

() DESEMPREGADO

() APOSENTADO

() NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

44 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR

49 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

45 - DOCUMENTO

() CNS

() CPF

46 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

48 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

MOD. 009



Tatiane
88/292



Diagnóstico

TCE moderada
data ~~se~~ temporal (C) + dimensional
estrutura linear temporal (C)

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Alojamento	Leito	Convênio
Arturo Filho Cunha			
Data 25/09	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
① biets zero, digox, ^{bienço} via oral	PT		<u>25/09/14</u>
② sf 0,9% 50ml + Glisox 36A IV 816L	PT		
③ hidratos (50mg/ml): 2ml + NS 8-1 IV 816L	PT		Dele vício de acidante após liberação alcoólica,
se fobras a dor			
④ Narsedon (4mg/ml): 2ml + NS 8-1 IV 816L	PT		
se náuseas e vômitos			
⑤ Hidroal (50mg/ml): 3 amp + sf 0,9% 250ml	PT		Anexo: ECG IS, papilose e reativa, e déficit
IV AGORA			
⑥ Hidral (50mg/ml): 2ml + NS IV 816L	PT		Tec: Fração Temporal linear ② + latência
⑦ Trilat (20mg): 1FA IV 12112L	PT		• Temporal ② + Prazo cardíaco
⑧ Cab 30	PT		
⑨ sguv + cccg	PT		
Café solmo 61 g/dl			cl: Interação Clínica
	Dr. Guilherme B. Almeida CRM: 071110-SP CREMEB-RJ 071110-SP		
	Dr. Guilherme B. Almeida CRM: 071110-SP CREMEB-RJ 071110-SP		
			medida em 2300h cardio 25 MG Gb PAC como evidenciado no 24h planejados analisar a base

MOD. 035





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

GOVERNO
DA PARAÍBA

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍS GONZAGA FERNANDES DE CAMPINA GRANDE

Av. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas Campina Grande-PB

CNPJ: 08.778.268/0001-60

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

ANTONIO FILHO		3	
DATA	PRESCRIÇÃO	• HORÁRIOS	OBSERVAÇÃO
26/09/2016	DIETA GERAL		
	SG5% 1000ML + NACL 20% 40ML + KCL 19,1% 10ML IV		
	OMEPRAZOL 20MG VO 1XD EM JEIUM PELAMANHA	10	
	NAUSEDRON 4MG IV 8/8H SE NAUSEA OU VOMITOS	06	
	DIPIRONA 40 GTS VO 6/6H	50	
	TRAMADOL 100MG + SF 0,9% 100ML IV 8/8H SE DOR FORTE	24	
	CABECEIRA ELEVADA 30 GRAUS		
	CAPTOPRIL 25MG SNE SE PA > 180X110 MMHG		
	G50% 40 ML IV SE DEXTRO < 70		
	INSULINA REGULAR CONFORME DEXTRO (SUBCUTANEO)	AC	
	180-200: 2U / 201-250: 4U / 251-300: 6U / 301-350: 8U / >		
	SSVV + DEXTRO		
	FENOBARBITAL 100MG VO 1XD À NOITE		

OBS: Retendo fita de HOT na unidade

Dr. Thiago Martins
Médico
CRM - PB: 7624





SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
Hospital de Emergência e Trauma Do

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernal

OK

[illegible]

de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes

ATESTADO

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(A) SR.(A): Antonio Filho

Carlo do Filho

PORTADOR(A) DA CARTEIRA PROFISSIONAL Nº. _____

SÉRIE _____ ESTEVE **INTERNADO(A)** NESTA UNIDADE HOSPITALAR SUBMETENDO-SE A

TRATAMENTO ESPECIALIZADO DE ENTIDADE NOSOLÓGICA DE Nº. 506 NO CID. DURANTE

O PERÍODO DE 25 / 09 / 16 À 27 / 09 / 16 NECESSITANDO DE

30

DIAS DE AFASTAMENTO DE SUAS ATIVIDADES.

Campina Grande, 27 / 09 / 16

Ass. do Médico - Nº. do CRM _____

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o

Dr., _____ a registrar o diagnóstico

codificado CID ou por extenso neste atestado médico

Ass. do Paciente ou Responsável _____







GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

CNPJ: 08.778.268/0001-60 | AV. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas - CEP 58432-809 / Campina Grande - PB

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Nome Completo: _____

CRM: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

UF: _____

Telefone: _____

1ª VIA - Retenção da Farmácia ou Drograria

2ª VIA - Orientação ao Paciente

Dr. Valber Thadeu do Vale Vitorino
NEUROCIRURGIÃO
CRM-PB 0653

Assinatura e Carimbo do Médico

Paciente: _____

Endereço: _____

Prescrição: _____

Data: _____

27 / 09 / 2016

Dr. Valber Thadeu do Vale Vitorino
NEUROCIRURGIÃO
Assinatura do Médico

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome: _____

Ident: _____

Org. Emissor: _____

End.: _____

Cidade: _____

UF: _____

Telefone: _____

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

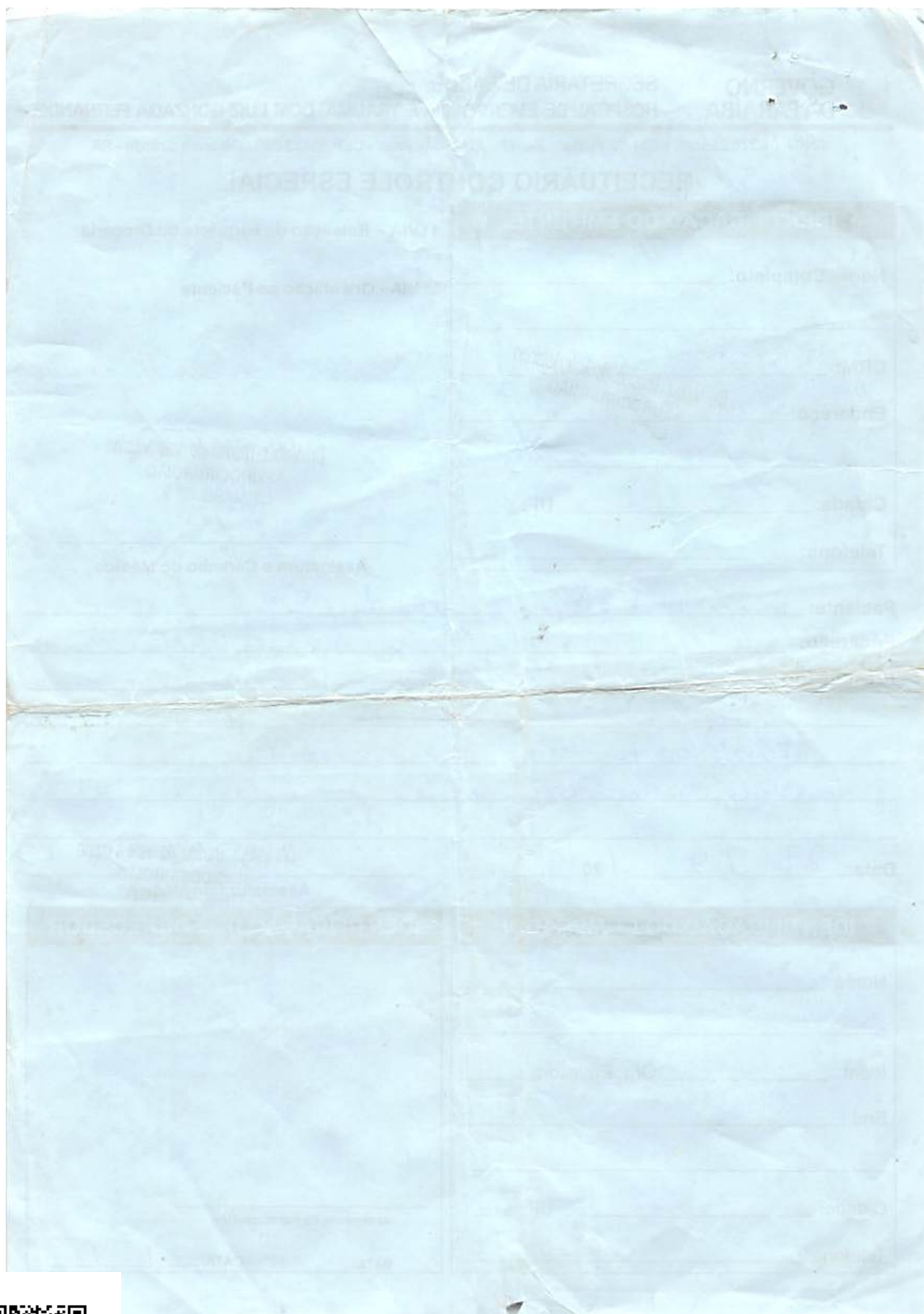
Assinatura do Farmacêutico

DATA: _____

DATA: _____ / _____ / _____

MOD 083







GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

CNPJ: 08.778.268/0001-60 | AV. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas - CEP 58432-809 / Campina Grande - PB

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Nome Completo: Wagner Faleão
CRM: _____ UF: _____
Endereço: _____
Cidade: C. Grande UF: PB
Telefone: _____

1ª VIA - Retenção da Farmácia ou Drogaria

2ª VIA - Orientação ao Paciente

Paciente: Antonio Filho
Endereço: Projeto 41N
Prescrição: Ceftriaxona 500mg 19cp
Toma 1cp de 12/12h
Paracetamol 500mg
Toma 1cp de 6/6h
Data: 25/09/2016

Assinatura e Carimbo do Médico

Dr. Wagner Faleão
ATOPENIA E TRAUMATOLOGIA
CRM - PB 8843

Assinatura do Médico

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome: _____
Ident: _____ Órg. Emissor: _____
End.: _____
Cidade: _____ UF: _____
Telefone: _____

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Assinatura do Farmacêutico

DATA: _____ / _____ / _____

MOD 083



GOVERNO DA PARAIBA
SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES
CNPJ 08.778.000/0001-00 - RUA BRASILEIRA, 100 - FLORES - CEP 58425-001 - Campina Grande - PB

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

1ª VIA - Retenção da Farmácia ou Dispensário

2ª VIA - Orientação ao Paciente

Nome Completo: _____
CRM: _____ UF: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ UF: _____
Telefone: _____

Paciente: _____
Endereço: _____
Profissão: _____

Data: _____

Assinatura do Médico

Assinatura do Farmacêutico

DATA





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 2017

Carta nº: 10532605

A/C: ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170100210 ASL-0065986/17
Vitima: ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA
Data Acidente: 24/09/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 07/02/2017 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 24/09/2016. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- ✎ - Autorização de pagamento faltando página
- ✎ - Comprovante de residência faltando página
- ✎ - DUT faltando página

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou atra





Seguradora Líder • DPVAT

DPVAT- Como Requerer

Solicitar a indenização do Seguro DPVAT é simples: basta juntar os documentos necessários e entregá-los em uma seguradora consorciada, que, após constatar a sua regularidade, os encaminhará à Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Antes de tudo, lembre-se: para dar entrada no pedido de indenização ou acompanhar o andamento do processo, não é preciso envolver intermediários. Se você é o principal interessado na indenização, cuide dela você mesmo.

Saiba + www.dpvatsegurodotransito.com.br



JSS556365907BR

ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA
SITIO POÇO DA PEDRA, SN
RURAL
CEP 58660-000 - JUAZEIRINHO - PB

Seguradora Líder • DPVAT





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Juazeirinho

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800213-36.2017.8.15.0631

DESPACHO

Vistos etc..

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, nos termos constantes da peça preambular.

A parte autora narra na inicial que requereu administrativamente, mas não colacionou nos autos a comprovação da negativa do referido pedido.

A parte autora aduz na inicial que intentou com o pedido administrativo e que, até o presente este não havia sido apreciado. Porém, do extrato colacionado aos autos, extrai-se a informação no sentido de que a parte requerente não apresentou toda a documentação necessária para apreciação do pedido, não havendo, portanto, sido comprovada a negativa do pedido, tampouco a demora injustificada na apreciação e/ou pagamento, já que a apreciação do requerimento encontra-se na pendência de providência a cargo da parte autora.

Ademais, como se sabe, consoante firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a negativa ou a demora injustificada na apreciação do requerimento administrativo é requisito necessário para configuração do interesse de agir nas demandas que visam indenização por danos decorrentes de acidente automobilístico (DPVAT). Vejamos:



RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240. RECURSO DESPROVIDO.” (STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO 839.353) (grifo nosso).

Desta feita, intime-se a parte autora, através do advogado constituído, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial trazendo aos autos comprovante da negativa (ou da demora injustificada na apreciação por mais de 90 dias) do pedido administrativo, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do artigo 321 do CPC/2015

A presente decisão pode ser utilizada como carta de citação/notificação/intimação/precatória/ofício, nos termos do art. 108 do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça – TJPB.

Intimações necessárias. Cumpra-se.

Juazeirinho – PB, 28 de setembro de 2017.

Nilson Dias de Assis Neto

Juiz de Direito Substituto



SEGUEM:

1- PETIÇÃO DE RECONSIDERAÇÃO

2- PRINT DA PÁGINA ELETRÔNICA DA SEGURADORA LÍDER



EXM.º SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO ESTADO DA PARAÍBA

PROCESSO n.º 0800213-36.2017.8.15.0631
PROMOVENTE: ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA

M.M. Juiz,

Conforme despacho (ID n.º 8844705) V. Ex.ª determinou à promovente que confirme a negativa por parte do promovido, sob pena de reconhecer a falta do interesse processual, fazendo constar no corpo do despacho julgados do STF, que em novo entendimento jurisprudencial exige que deva haver prévio requerimento administrativo para haver interesse processual na propositura da ação de cobrança de DPVT.

Os argumentos que embasaram o respeitável despacho, emerge da necessidade de prévio requerimento administrativo, porém Ex.ª, *permissa vênia*, necessário se fazer a diferenciação do requerimento prévio e dos esgotamentos das instâncias administrativas.

Na análise da norma que rege o seguro DPVT, a lei n.º 6.194/74, exigem-se a simples prova do acidente mediante o protocolo dos documentos, cujo rol encontra-se na letra *b*), do § 1.º do art. 5.º da respectiva lei, senão vejamos,

Art. 5.º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1.º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)



b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais. Grifo nosso

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

Que a promovente **efetivou** o Requerimento Administrativo, fazendo juntar ao processo administrativo, os documentos solicitados na alínea b) do § 1.º do art. 5.º da lei 6.194/74, os quais são necessários para o pagamento do prêmio do seguro, logo, houve o requerimento administrativo prévio, emergindo assim o interesse processual.

Ressalta-se que os documentos juntados junto ao Requerimento Administrativo, os mesmos anexos aos autos.

Que o fato do promovido, após receber a documentação anexa ao Requerimento Administrativo Prévio, exigir mais documentos, dos quais, o requerente não possui condições de juntar, seja por qualquer motivo for, torna impossível, na seara administrativa, reconhecer o seu direito, emergindo uma negativa tácita, e portanto, uma resistência e uma ameaça ao direito do promovente, o que ocasionou a propositura da presente demanda.

Vejamos o julgado na APL 0010339-16.2015.815.2001, do TJPB, fundamentado no RE 839.353 MA do STF:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. AÇÃO AJUIZADA DEPOIS DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. INAPLICABILIDADE DA REGRA DE TRANSIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. “Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso.” (STF RE 839.353 MA, Relator: Min. Luiz Fux, data de julgamento:



04/02/2015, data de publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015). (TJPB, APL 0010339-16.2015.815.2001, Primeira Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Leandro dos Santos, DJPB 03/04/2017, p. 8).

Conforme entendimento jurisprudencial colecionado no referido despacho, é reconhecido que o interesse processual existe quando efetivado o requerimento Administrativo, sem a necessidade de esgotar todas as instâncias administrativas, o que se demonstra no caso em tela, pois que, a exigência de documentos, os quais o promovente não possui ou não está em condições de produzir, induz a uma resistência da promovida em garantir um direito, e que entendendo ser necessário outro meio de prova, cabe ao judiciário dirimir o conflito.

Cediço esclarecer que a promovida CANCELOU o requerimento do promovente, conforme "print" da página eletrônica da promovida: (doc. em anexo).

SINISTRO 3170100210 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA
COBERTURA Invalidez
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS
BENEFICIÁRIO ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA
CPF/CNPJ: 02456932463

Posição em 29-09-2017 16:12:35
Pedido de indenização cancelado.

Sob este prisma Ex.^a pugna pela reconsideração do referido despacho, face ter havido prévio requerimento administrativo e a tácita negativa da promovida, ao exigir documentação já enviada pelo requerente, determinando o prosseguimento do feito com a efetiva citação da promovida, para contestar a presente demanda, nos termos constante da inicial, por ser da mais inteira e salutar justiça.

Pede Deferimento.

Juazeirinho/PB, 29 de Setembro de 2017

José Beckenbaner Gouveia da Silva

OAB/PB n.º 12260



Seguradora Líder-DPVAT Atualizar

https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?optconsultasem= 120% Pesquisar

Creta DPVAT Dividir PDF Ferramentas PDF Advise Jusbrasil Situação do Benefício Agendamento Extrato de Pagamentos Dizer o Direito Migalhas

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

- Documentos Despesas Médicas
- Documentos Invalidez Permanente
- Documento Morte
- Dicas Indispensáveis

PAGUE SEGURO

- Como Pagar
- Consulta a Pagamentos Efetuados
- Informações Gerais

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170100210 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA
COBERTURA Invalidez
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS
BENEFICIÁRIO ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA
CPF/CNPJ: 02456932463

Posição em 29-09-2017 16:12:35
Pedido de indenização cancelado.

PT 16:14 29/09/2017





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Juazeirinho

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800213-36.2017.8.15.0631

[INADIMPLEMENTO]

AUTOR: ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

SENTENÇA

I – RELATÓRIO

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT proposta por #{processoTrfHome.processoPartePoloAtivoSemAdvogadoStr}, qualificado(a) nos autos, em face da #{processoTrfHome.processoPartePoloPassivoSemAdvogadoStr}, visando obter o pagamento de indenização securitária em razão dos danos físicos decorrentes de acidente de trânsito.

Determinada a intimação da parte autora para emendar a inicial, comprovando a negativa prévio requerimento administrativo, documento indispensável à propositura da ação, a parte deixou decorrer o prazo sem atender à determinação, fazendo pedido de reconsideração.

Os autos vieram conclusos.

Eis, em suma, o relatório. DECIDO.

II – FUNDAMENTAÇÃO



Inicialmente, cumpre registrar que, segundo o atual entendimento do excelso Supremo Tribunal Federal, em ações de cobrança do seguro DPVAT, deve o autor justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a existência de pretensão resistida, essa consubstanciada na prova do prévio requerimento administrativo. No mesmo sentido é a jurisprudência predominante neste egrégio TJPB.

Nessa toada, ressalto que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos Recursos 839.314 e 824.704, passou a entender que em ações desta natureza, deve a parte autora justificar a provocação demonstrando a pretensão resistida.

Tal como relatado, a parte autora, apesar da oportunidade ofertada para promover a diligência indicada no pronunciamento judicial acima referido, escolheu o caminho do não atendimento. No caso concreto, a parte autora apresentou requerimento administrativo com documentos incompletos (ID 7351344), o que inviabilizou o conhecimento do mérito do procedimento administrativo por parte da ré.

O requerimento administrativo consistente e coerente é providência que é atribuição da parte, de sorte que entendo por não configurada a pretensão resistida, quando a parte deixa de instruir o requerimento administrativo completo de forma que possibilite à parte ré conhecer de seu mérito.

Entender de forma contrária vai de encontro à *ratio decidendi* da jurisprudência do excelso STF. De fato, em verdade, a mera negativa formal, por apresentação de documentação com paginação incompleta e/ou ilegível não confere negativa nem ausência de resposta, devendo a parte requerente corrigir a incompletude do requerimento apresentado e não optar diretamente pela via judicial.

No caso em apreço, a parte autora não atendeu à citada determinação, circunstância que impõe a aplicação do parágrafo único do art. 321 do CPC/2015, a saber, o indeferimento da petição inicial, em respeito à *ratio decidendi* dos precedentes do pretório excelso que devem ser respeitados.

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, o que faço com arrimo no parágrafo único do art. 321 do CPC/2015, por consequência, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, I, do CPC/2015, indeferindo o nobre pedido de reconsideração por não se tratar de necessidade de esgotamento do processo administrativo, mas sim da possibilidade do conhecimento de seu mérito extrajudicialmente.

Sem custas.

Certificado o trânsito em julgado, e arquivem-se os autos, mediante baixa na distribuição e com as cautelas de praxe, **independentemente de nova conclusão a este Juízo.**

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.



Juazeirinho – PB, 23 de abril de 2018.

Nilson Dias de Assis Neto

Juiz de Direito



Intime-se da sentença:

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, o que faço com arrimo no parágrafo único do art. 321 do CPC/2015, por consequência, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, I, do CPC/2015, indeferindo o nobre pedido de reconsideração por não se tratar de necessidade de esgotamento do processo administrativo, mas sim da possibilidade do conhecimento de seu mérito extrajudicialmente.



SEGUE A APELAÇÃO E AS RAZÕES ANEXAS EM PDF



EXM.º SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO ESTADO DA PARAÍBA.

Processo n.º 0800213-36.2017.8.15.0631

ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA, devidamente qualificado nos autos supra, não se conformando com a respeitável sentença proferida nos autos (Evento n.º 9634522), que julgou extinto, sem resolução de mérito, o pleito do recorrente, o qual consubstancia-se no pedido de pagamento de indenização de Seguro Obrigatório DPVAT, vem à presença de V. Ex.ª por seu advogado infra-assinado, tempestivamente, interpor o presente Recurso de APELAÇÃO nos termos do art. 331 c/c art. 1009 e ss. do CPC.

Requer, ainda, o apelante, seja ordenada a remessa do presente recurso ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, a fim de que a súplica do apelante seja conhecida e inteiramente provida.

Deixa de juntar preparo, face, a concessão da gratuidade judicial presentes nos autos nos termos da lei n.º 1.060/50.

Segue em anexo as razões do recurso.

Nestes termos

Pede deferimento.

Juazeirinho/PB, 27 de abril de 2018

Jose Beckenbaner Gouveia da Silva
OAB/PB 12260



COLEDA _____ CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA
PARAÍBA.

RAZÕES DA APELAÇÃO CÍVEL

Apelante: ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA
Autos n.º 0800213-36.2017.8.15.0631

Doutos Desembargadores,

O Apelante propôs Ação Ordinária de Cobrança, perante o respeitável Juízo da Comarca de Juazeirinho/PB, objetivando obter do recorrido o pagamento indenizatório do prêmio DPVAT, em face do direito líquido e certo, emergido pela debilidade proveniente de acidente automobilístico.

A respeitável decisão, no feito proferida, extinguindo o processo sem resolução de mérito, afronta flagrantemente princípios constitucionais e a dominante jurisprudência pátria.

Doutos julgadores deste egrégio Pretório, em que pese à reconhecida cultura jurídica e a notória prudência com que o ínclito magistrado sempre demonstra em seus decisórios, o fato é que, no caso em tela houve entendimento manifestadamente contrário ao princípio constitucional do pleno acesso ao judiciário, conforme expresso no art. 5.º inciso XXXV da CF/88, onde resta garantido o direito de ação ao cidadão que tenha sofrido ameaça ou lesão ao seu direito.

Que, na respeitável sentença, o douto magistrado desconsidera

*Rua. Severino Batista Santos, n.º 359, Soledade/PB, Tel. (83) 3383 1757/Cel. 99058395
e-mail.: beckenbaner@bol.com.br*



um princípio basilar em nosso ordenamento jurídico corporificado na garantia de acesso ao judiciário.

Inicialmente é cediço esclarecer que o apelante, por seu advogado, nos eventos de n.ºs 9977842 e 9977854 dos autos (PJe) juntou espelho de acompanhamento de processo administrativo pelo sitio da Seguradora Líder, ora apelada, o qual constava o cancelamento do requerimento, sem qualquer motivo plausível.

Na sentença, o douto magistrado, entende que ao apelante falta o interesse processual, sob o argumento de que não houve resistência expressa por parte do promovido, fazendo constar no corpo da decisão julgados do STF e desta Egrégia Corte, que em novo entendimento jurisprudencial exige que deva haver **PREVIO REQUERIMENTO ADMINSITRATIVO** para haver interesse processual na propositura da ação de cobrança de DPVT.

No fundamento da sentença, emerge a necessidade de prévio requerimento administrativo, inclusive faz diferenciação do requerimento prévio e dos esgotamentos das instancias administrativas.

Na análise da norma que rege o seguro DPVT, a lei n.º 6.194/74, exigem-se a simples prova do acidente mediante o protocolo dos documentos, cujo rol encontra-se na letra b), do § 1.º do art. 5.º da respectiva lei, senão vejamos,

Art. 5.º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1.º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade



Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

Nos termos da lei o apelante **efetivou** o requerimento administrativo juntando aos autos os documentos que dispunha, os quais, nos termos da lei são necessários para o pagamento do prêmio do seguro, logo, o requerimento administrativo prévio, emergindo assim o interesse processual.

Que o fato do promovido, após receber a documentação anexa ao Requerimento Administrativo Prévio, exigir mais documentos, dos quais, o requerente não possui condições de juntar, seja por qualquer motivo for, torna impossível, na seara administrativa, reconhecer o direito do apelante, emergindo uma negativa tácita, e, portanto, uma resistência e uma ameaça ao direito.

Vejamos precedentes do STF e do TJPB acerca do tema:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. AÇÃO AJUIZADA DEPOIS DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. INAPLICABILIDADE DA REGRA DE TRANSIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. “Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, **o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240**, Rel. Min. Roberto Barroso.” (STF RE 839.353 MA, Relator: Min. Luiz Fux, data de julgamento: 04/02/2015, data de publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015). (TJPB, APL 0010339-16.2015.815.2001, Primeira Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Leandro dos Santos, DJPB 03/04/2017, p. 8). GN

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO STF. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA APTA A JUSTIFICAR A PROPOSITURA DA AÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. “Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, **o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas**, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão



geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso" (STF. RE: 839353 MA, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 04/02/ 2015, Data de Publicação: DJe-026 DIVULG 06/02/2015 PUBLIC 09/02/2015) (TJPB, APL 0040819-50.2010.815.2001, Quarta Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, DJPB 24/03/2017, p. 16). GN

Conforme entendimento jurisprudencial colecionado na decisão, ora combatida, é reconhecido que o interesse processual existe quando efetivado o requerimento Administrativo, sem a necessidade de esgotar todas as instâncias administrativas, o que se demonstra no caso em tela, pois que, a exigência de documentos, os quais o apelante não possui ou não está em condições de produzir, induz a uma resistência da promovida em garantir um direito, e que entendendo ser necessário outro meio de prova, cabe ao judiciário dirimir o conflito.

Sob este prisma Ex.^a a referida sentença deve ser anulada, afastando-se o dispositivo que reconheceu a falta de interesse processual, face ter havido prévio requerimento administrativo e a tácita negativa do promovido, ao exigir documentação que a lei despreza.

Assim exposto, requer o apelante se digne este egrégio Tribunal a anular a indigitada decisão de primeiro grau, retornando o referido processo para o juízo *a quo*, com fito de se produzir a prova pericial necessária, prosseguindo o processo seu rito normal nos termos do art. 1011 e ss do CPC e provindo à apelação, por ser da mais inteira e salutar justiça.

Pede Deferimento.

Soledade/PB, 27 de Abril de 2018

José Beckenbaner Gouveia da Silva

OAB/PB n.º 12260





**ESTADO DA PARAIBA
PODER JUDICIÁRIO**

VARA ÚNICA DA COMARCA DE JUAZEIRINHO

CERTIDÃO

Em conformidade com a **Portaria nº 004/2013**, que disciplina a delegação de atos ordinatórios e de mero expediente nesta Comarca de Juazeirinho/PB, bem como na forma do **Provimento CGJ nº 04/2014**, que disciplina a delegação de atos ordinatórios nos Cartórios Judiciais do estado da Paraíba, ***faço pública a sentença de ID nº 3868921***. O referido é verdade e dou fé.

Juazeirinho/PB, 03/10/2018.

André Leal Fernandes
Técnico Judiciário

